



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL

INQUÉRITO CIVIL nº 14.161.891/17

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Investigada: BANCO DAYCOVAL S.A.

Assunto: Instituição financeira – Solicitação de empréstimo consignado – Concessão de crédito por intermédio do cartão de crédito na modalidade “pré-saque” – Inobservância do limite legal para liberação de crédito para a referida modalidade – Cobrança de taxa superior ao empréstimo consignado convencional – Descontos que recaem apenas sobre juros e encargos – Dívida supostamente impossível de quitar – Cobrança de taxa de conveniência para utilização do saque em caixas eletrônicos (retiradas “PAIS”) – Dever de informação adequada e clara a respeito dos produtos oferecidos – Exigência de vantagem manifestamente excessiva – Práticas abusivas – Não constatação – Arquivamento

Trata-se de inquérito civil instaurado a partir de cópias extraídas do Inquérito Civil 14.717.5523/2017, noticiando que, diante de solicitação de empréstimo consignado, o **BANCO DAYCOVAL S.A.** estaria concedendo crédito através de cartão de crédito na modalidade “pré-saque”, mediante a cobrança de taxas superiores ao empréstimo consignado convencional e sem observar o limite permitido em lei para liberação de crédito para a referida modalidade.

Ademais, estaria realizando descontos, em folha de pagamento, do valor mínimo constante da fatura mensal, que recaem apenas sobre juros e encargos, tornando, assim, impossível a quitação do empréstimo assumido.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ainda, procede à cobrança, na fatura do cartão de crédito, de taxa de conveniência para utilização do saque em caixas eletrônicos (retiradas "PAIS").

Instado a se manifestar, o investigado apresentou manifestação escrita a fls. 50/78.

De início, prestou esclarecimentos no que tange ao produto cartão de crédito consignado, regido pela Lei nº 10.820/03, a qual estipula limite máximo de comprometimento de renda: 35% (trinta e cinco por cento) sobre a remuneração disponível, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito. Quanto ao referido desconto, explicou que é feito um controle sistêmico, sendo obstada a averbação em valor superior ao limite estabelecido pelo próprio órgão que procede ao desconto em benefício da instituição financeira, como o caso do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

Asseverou que o envio do cartão de crédito consignado ocorre após adesão expressa do consumidor, o qual autoriza a reserva de margem consignada no percentual determinado em lei. Após a concessão do crédito por meio de cartão consignado, o consumidor pode utilizá-lo para realização de compras em estabelecimentos comerciais e de saques por meio de terminais eletrônicos ou via telefone (pré-saque ou saque complementar). E, na hipótese de pré-saque, há autorização expressa do consumidor para transferência de valores para a conta corrente antes mesmo do recebimento ou desbloqueio do cartão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Disse, ainda, que existe a opção de liquidar o saldo integral da fatura, não mais incidindo juros ou encargos. E, quanto à taxa de juros, afirmou que é fixada pelo órgão que o servidor ou pensionista está atrelado, devendo ser seguida por todas as instituições financeiras, mencionando à guisa de ilustração a estipulada pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social por meio de Resolução (nº 1.333/17) – fls. 63/64.

Em relação à fatura, asseverou que há a discriminação do valor de saque e das compras, descontado o valor mínimo de pagamento diretamente da folha de pagamento ou do benefício previdenciário. Portanto, o valor restante da fatura pode ou não ser pago, sendo que o pagamento mínimo garante o valor do crédito utilizado.

Expôs também que consta expressamente no documento assinado pelo consumidor a informação de que existem outras modalidades de crédito, como o empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores. Não obstante, esclareceu que são produtos distintos, expondo as diferenças de cada um.

Afirmou que o cartão de crédito consignado possui taxas inferiores aos cartões de crédito convencionais, pois o valor mínimo indicado na fatura será automaticamente descontado em folha.

Especificamente sobre o objeto deste inquérito civil, mencionou que observa o limite permitido em lei para liberação de crédito na modalidade cartão de crédito consignado, mormente porque somente solicita à

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

processadora a reserva da margem (5%) não indicando os valores exatos para o desconto, competindo a citada processadora fazê-lo.

Fez apontamentos sobre o caso da consumidora Nair Oliveira Alves, asseverando que o limite de crédito concedido observou à legislação, pois os limites concedidos para "compras" e "saque/telesaque" não são cumulativos (fls. 62).

No que tange à impossibilidade de quitação do empréstimo narrada na Portaria inaugural, trouxe uma simulação com cálculos matemáticos, a fim de demonstrar que é possível a liquidação do débito com o pagamento mínimo (tabela de fls. 66/67).

Mencionou, outrossim, que presta todas as informações relativas ao cartão de crédito consignado, como se vê pelos *prints* de fls. 68/74.

Quanto à cobrança de taxa de conveniência (PAIS), afirmou que ela é devida quando realiza o saque em caixas eletrônicos ou pré-saque para transferência direta de valores para a conta corrente (TED), cuja cobrança seria permitida pelo Banco Central para cartões de crédito.

Oficiado, o Banco Central do Brasil teceu algumas considerações sobre o cartão de crédito consignado, diferenciando-o da modalidade empréstimo consignado (fls. 110/112).

Notificado a prestar novos esclarecimentos, o reclamado teceu importantes considerações sobre o assunto aqui abordado (fls. 122/130).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aduziu que existe apenas um limite de crédito (total), sendo que os valores indicados como limite na fatura do cartão de crédito não são cumulativos. Esclareceu também que o crédito total disponível pode ser utilizado de ambas as formas: compras e saque. Assim, para as compras pode ser utilizado 100% do limite, mas o saque não alcança o referido percentual, variando de 90% a 95%. Justificou a diferença sob o fundamento de preservação da saúde financeira do consumidor; ou seja, impede que não seja excedido o limite de crédito já na primeira fatura.

Quanto à cobrança da taxa de conveniência (PAIS), alegou conformidade com a Resolução nº 3.919/10 do Banco Central do Brasil, asseverando que consta expressamente o fato gerador dela, a saber: "utilização de canais de atendimento disponíveis no País para retirada em espécie na função crédito". Acrescentou, por derradeiro, que a cobrança da referida taxa decorre da utilização do crédito em espécie, a qual não é uma finalidade do produto cartão de crédito consignado, mormente porque o objeto deste é o crédito, utilizado pelo consumidor por meio de saque do limite de crédito no cartão consignado ou de compras.

O histórico contido nos autos leva-nos à conclusão de que devem ser arquivados.

Com efeito, o presente inquérito civil foi instaurado para se apurar práticas abusivas possivelmente perpetradas pelo banco investigado no que tange ao produto cartão de crédito consignado.

De início, o reclamado trouxe esclarecimentos satisfatórios, expondo à exaustão as diferenças do produto cartão de crédito



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

consignado e empréstimo consignado. E, considerando que os referidos produtos não se confundem, constatou-se pelos elementos de prova coligidos aos autos que não seria possível compará-los, notadamente quanto à cobrança de taxas. Inclusive, esta constatação foi corroborada pelo Banco Central do Brasil (fls. 110/112).

No que tange ao limite de crédito, consta das coesas explicações do banco que cumpre com o que está previsto no ordenamento jurídico, comprovando as suas alegações no fato de que há um controle sistêmico, sendo obstada a averbação em valor superior ao limite estabelecido pelo próprio órgão que procede ao desconto em benefício da instituição financeira, como o caso do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social. Ou seja, não indica os valores exatos para o desconto, competindo ao órgão processador fazê-lo.

Ademais, afirmou categoricamente que há um único limite de crédito (total), dividindo-se a utilização dele em compras e saque. Logo, ao que tudo indica, respeita o limite de crédito legalmente previsto.

Quanto ao indício de impossibilidade da quitação do crédito obtido, este não restou comprovado. A bem da verdade, o investigado demonstrou, por cálculos matemáticos realizados em um caso hipotético aqui colacionado à guisa de exemplo, que é sim viável a liquidação do débito com o pagamento mínimo (tabela de fls. 66/67), inexistindo razões para deles duvidar.

No que concerne à cobrança de taxa de conveniência para utilização do saque em caixas eletrônicos (retiradas "PAIS"), esclareceu que ela é possível como se depreende da Resolução nº 3.919/10 - BACEN, o que



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

também foi confirmado pelo Banco Central do Brasil (fls. 110/112). Além disso, esclareceu que a cobrança da referida taxa decorre da utilização do crédito em espécie, a qual não é uma finalidade específica do produto cartão de crédito consignado e, ao que tudo indica, não há óbice para a citada cobrança.

Em relação à informação a respeito dos produtos oferecidos, demonstrou mediante a juntada de *prints* (fls. 68/74) que presta informações relativas ao cartão de crédito consignado no seu sítio eletrônico.

Destarte, não se constataram, pelo conjunto probatório carreado aos autos, as abusividades narradas na Portaria inaugural, sendo desnecessária a adoção de medidas por parte desta Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital.

Ante o exposto, promovo o **ARQUIVAMENTO** destes autos, nos termos do disposto no art. 9º, *caput*, da Lei nº 7.347/85; no art. 110, *caput* da Lei nº 734, de 26.11.1993 (LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO); e no art. 99, do Ato Normativo nº 484/06 - CPJ, de 05.10.2006 e os remeto, nos moldes da legislação pertinente, para a elevada apreciação desse Egrégio CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

São Paulo, 10 de maio de 2018.

Eliana S M S Malta Moreira Scucuglià
1ª Promotora de Justiça do Consumidor
Graziela Biscaro Laperuta Soares
Analista Jurídico



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - Sistema SIMP
Impressão de Registro de Movimentos

Protocolo: 000234-011/2022

Data/Hora do Movimento: 22/06/2022 11:25:45

Origem:

* 1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta (Maisa Palma da Silva)

Destino:

* (Não informado)

Movimento ID: 59555978

Movimento: ATOS FINALÍSTICOS -> Arquivamento -> Sem remessa ao Conselho Superior/Câmara -> Integral

Descrição do Movimento:

(anexo)



Assinado eletronicamente por: FERNANDA ALBERTON em: 04/07/2022 17:39:37

Maisa Palma da Silva
1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta

NOTÍCIA DE FATO
SIMP 000234-011/2022

DESPACHO DE ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADO

Trata-se de notícia de fato instaurada ante o teor dos documentos encaminhados via e-mail pelo PROCON, noticiando que no ano de 2021 foram registradas diversas reclamações de servidores públicos municipais de Alta Floresta, referente a “empréstimo sob consignação” contra o Banco Daycoval S/A.

Segundo consta, os servidores contrataram o que acreditavam ser um empréstimo consignado, no ano de 2015. Os valores variam de R\$ 2.000,00 a R\$5.000,00, em 60 parcelas, porém, não receberam via do contrato assinado.

Após 5 (cinco) anos da contratação, visando a quitação do empréstimo contratado, os servidores receberam a informação de que não se tratava de empréstimo consignado com quantidade fixa de parcelas, mas a contratação de um cartão de crédito consignado, sendo que estavam pagando mensalmente apenas o mínimo da fatura do referido cartão.

Por fim, frisa que os servidores não tinham conhecimento de que este era o produto contratado e a maioria sequer desbloqueou e utilizou o cartão de crédito.

O banco requerido rebateu as alegações dos contratantes, alegando que no contrato indica expressamente que se trata de contratação de cartão de crédito consignado, sendo que foram apresentados os contratos assinados pelos contratantes.

Diante deste impasse, os interessados optaram por tentar solucionar o litígio em audiências de conciliação, que em sua maioria restaram inexitosas.

Assim, esclarece o PROCON que o cerne da irresignação está consubstanciado no fato de que a contratação se tratava de empréstimo consignado e não aquisição de cartão de crédito.

Deste modo, realizou-se reunião com o PROCON, bem como, expediu-se ofícios ao Município de Alta Floresta/MT, solicitando que informasse se possui contrato firmado com Banco Daycoval S/A e ao Banco Daycoval, solicitando que esclarecesse se existe representante no Município de Alta Floresta e, também, como funcionam os contratos firmados nos casos de empréstimo consignado ou cartão de crédito.

O Município de Alta Floresta encaminhou o ofício 0117/2022/GE, informando

que realizou consulta e não encontrou nenhum resultado de contrato ou atas que o Banco Daycoval tenha firmado com o ente público (ID 58346526).

Já o Bando Daycoval apresentou resposta no ID 58508690, prestando todos os esclarecimentos necessários solicitados por este Órgão Ministerial.

Eis o breve relato.

Em detida análise dos autos, verifica-se que é imperioso o arquivamento, conforme será exposto a seguir.

1 – Da devida informação ao consumidor

Conforme documentação juntada aos autos, as próprias reclamações realizadas por consumidores no PROCON comprovam que foi ofertado, pelo banco, um cartão de crédito consignado, o que comprova que a Instituição Financeira cumpriu o dever de informação.

Não bastasse isso, foi possível verificar pelos contratos firmados que havia informação clara de que se tratava de cartão de crédito consignado, bem como, como acerca do desconto do valor mínimo do cartão em folha de pagamento, cabendo ao consumidor o pagamento do saldo remanescente.

Quanto a isso, o Banco Daycoval juntou cópia de uma fatura, comprovando que vem especificado o valor do pagamento mínimo e o remanescente, caso o consumidor queira quitar a dívida em menor prazo.

Deve-se frisar, ainda, que vários consumidores que fizeram reclamação no PROCON já haviam ajuizado ação contra o banco, as quais foram julgadas improcedentes, tornando-se coisa julgada. Nas referidas ações, restou comprovado que não houve cobrança indevida e/ou vício de consentimento.

Por toda a documentação juntada aos autos, é possível verificar que os Termos de Adesão são claros e precisos quanto ao serviço ofertado, constando expressamente que se trata de cartão de crédito consignado. Além disso, os contratos foram devidamente assinados, tornando incontestável que todos os consumidores tomaram ciência dos termos contratados.

2 – Da legalidade da modalidade “Cartão de Crédito Consignado”

A Lei nº 10.820/2003 “dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento e dá outras providências”, possibilitando a

concessão de crédito e condicionando o pagamento ao desconto em folha.

Na referida Lei, consta a margem consignável reservada para cartão de crédito consignado, que inclusive possui limite diferente de margem, mas permite a adesão a esta modalidade de crédito para desconto de prestações em folha de pagamento.

No Estado de Mato Grosso, ainda, o tema é regulamentado no Decreto nº 691/2016.

Importante esclarecer que não é necessário que ocorra o desbloqueio e utilização do cartão para validade do empréstimo aderido, sendo que a utilização do cartão de crédito fica a critério do consumidor.

Desta forma, verifica-se que o cartão de crédito consignado é um meio legal de obtenção de crédito, devendo o consumidor expressamente aderir ao produto por meio de termo de adesão para formalizar a contratação.

3 – Do cartão de crédito consignado com parcelas por “tempo indeterminado”

Ao aderir ao empréstimo consignado, a concessão de crédito é automática à contratação. Já no caso do cartão de crédito consignado, esta é uma opção do consumidor, ou seja, a adesão ao crédito poderá ser feita a qualquer tempo, desde que solicitado, não obrigatoriamente no momento da adesão.

Desta forma, no momento da adesão ao cartão de crédito consignado, não é possível estabelecer um tempo determinado de parcelas, pois dependerá da utilização do limite de crédito por parte do consumidor.

Assim, não fica a critério do credor a forma de utilização do crédito ou quando isso ocorrerá, bem como, de que forma será pago o saldo devedor, dependendo da utilização dos valores concedidos, do momento da utilização e quanto o devedor optará pagar (salvo o pagamento mínimo que já é descontado em folha de pagamento).

Evidentemente, também deve-se considerar que pode haver a utilização do cartão de crédito após o saque, o que certamente acarretará uma dívida maior e influenciará no cálculo do saldo devedor. Assim, deve ser considerado que o consumidor tem a opção de realizar compras com crédito e até mesmo realizar saques complementares, além do valor de crédito liberado para o saque inicial. Todos esses valores devem ser liquidados via fatura ou desconto em folha.

Vale destacar que o desbloqueio do cartão não é pré-requisito para a concessão de valores em conta por meio de cartão de crédito consignado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar todo o procedimento, foi possível verificar que as reclamações protocoladas pelo PROCON se tratam de casos que já foram judicialmente julgados, sendo que a ocorrência de eventual acordo com o banco deve se dar de forma extrajudicial pelo próprio PROCON.

Além disso, restou demonstrado que nos termos de adesão constavam clara e expressamente o produto aderido "cartão de crédito consignado", bem como, as faturas constam detalhadamente as informações necessárias ao devedor, tendo a Instituição Financeira cumprido com o dever de informação. O consumidor não pode, portanto, alegar desconhecimento ou vício de consentimento, pois todas as condições contratuais foram preenchidas.

Considerando que a concessão de crédito, por meio de cartão de crédito consignado, é expressamente permitida por lei, e que não existem indícios razoáveis de irregularidades na contratação, PROMOVO O ARQUIVAMENTO dos autos, com fulcro no art. 5º, inciso I, da Resolução nº 052/2018 – CSMP, sem prejuízo de nova instauração, caso necessário.

Comunique-se o PROCON e o Banco Daycoval.

Após, remetam-se os autos ao arquivo.

Observe-se, em tudo que couber, a Resolução nº 052/2018 – CSMP.

Cumpra-se, expedindo o necessário.

Alta Floresta/MT, data da assinatura digital.

FERNANDA ALBERTON
Promotora de Justiça
Documento assinado digitalmente

ID: 59555978/5



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - Sistema SIMP
Impressão de Registro de Movimentos

Protocolo: 000234-011/2022

Data/Hora do Movimento: 04/07/2022 17:39:50

Origem:

* 1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta (Maisa Palma da Silva)

Destino:

* 1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta (Fernanda Alberton)

Movimento ID: 59703982

Movimento: MOVIMENTOS INTERNOS -> Repassado ao Coordenador

Descrição do Movimento:

Não informada

Fernanda Alberton

1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - Sistema SIMP
Impressão de Registro de Movimentos

Protocolo: 000234-011/2022

Data/Hora do Movimento: 04/07/2022 17:40:10

Origem:

* 1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta (Fernanda Alberton)

Destino:

* 1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta (Lavinia Oliveira Almeida)

Movimento ID: 59703992

Movimento: ATOS COMUNS -> Encaminhamento a Órgão Interno

Descrição do Movimento:

Cumprir.

Fernanda Alberton
1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta

RES: OFÍCIO SEI​ N° 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89. (PARTE 9)

conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>

Dom, 31/07/2022 20:54

Para: STADM DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Cc: financeira.inss <financeira.inss@bancodaycoval.com.br>; Ouvidoria Daycoval <ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br>; Eliene Fatima Campoe Barbosa <eliene.barbosa@bancodaycoval.com.br>; Jonas Alves dos Santos Arrais <jonas.arrais@bancodaycoval.com.br>; Anilson Fieker Pedrozo <anilson.pedrozo@bancodaycoval.com.br>; Nilo Cavarzan <nilo@bancodaycoval.com.br>; Cristiano Sanchez de Oliveira <cristiano.sanchez@bancodaycoval.com.br>; Fernanda Costa <fernanda.costa@bancodaycoval.com.br>; implantacaooperacional <implantacaooperacional@bancodaycoval.com.br>; conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>

Boa noite.

Prezados.

Anexo está apresentação de defesa em relação a todas as manifestações, recomendações, reclamações, determinações judiciais e denúncias constantes nos autos do Processo SEI/INSS nº 35014.298353/2022-89, bem como em relação às demais condutas aqui mencionadas, que apontam indícios de conduta irregular por parte do BANCO DAYCOVAL S.A., bem como oportunizar à Instituição Financeira apresentar todo e qualquer meio de prova em contrário às irregularidades.

Todo o processo também realizado dentro do sistema SEI do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

Atenciosamente.

**Equipe Convênios**

Financeira Consignado – Convênios

conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br

Tel: (11) 3138-0666 / 3138-0832

Banco Daycoval S.A

www.daycoval.com.br

-----Mensagem original-----

De: INSS/Serviço Técnico Administrativo da DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Enviada em: sexta-feira, 22 de julho de 2022 14:36

Para: financeira.inss <financeira.inss@bancodaycoval.com.br>; conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>; implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br; Ouvidoria Daycoval <ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br>

Assunto: OFÍCIO SEI N° 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89.

Prezados,

Encaminhamos o OFÍCIO SEI​ N° 652/2022/DIRBEN-INSS, Brasília, 22 de julho de 2022.

Por favor, acusar o recebimento.

Att.

Belchior dos Reis Jesuino

Serviço Técnico Administrativo/DIRBEN/INSS



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
14ª CÂMARA CÍVEL - PROJUDI
RUA MAUÁ, 920 - ALTO DA GLORIA - Curitiba/PR - CEP: 80.030-901

Autos nº. 0008993-67.2017.8.16.0017

Apelação Cível nº 0008993-67.2017.8.16.0017

5ª Vara Cível de Maringá

Apelante(s): Banco Daycoval S/A

Apelado(s): Geneci Benisio Lopes

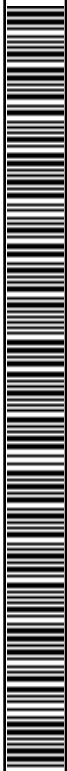
Relator: Desembargador José Hipólito Xavier da Silva

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E NULIDADE CONTRATUAL, C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – IRRESIGNAÇÃO DO BANCO REQUERIDO – CONTRATO DE MÚTUO NA MODALIDADE DE CARTÃO DE CRÉDITO – VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO EVIDENCIADO – CONTRATAÇÃO CLARA DESSA MODALIDADE E NÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO – AUTORIZAÇÃO DOS DESCONTOS – MANUTENÇÃO DO CONTRATO – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS – SENTENÇA REFORMADA – READEQUAÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS – FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0008993-67.2017.8.16.0017, em que é apelante **BANCO DAYCOVAL S/A** e apelado **GENECI BENISIO LOPES**.

I– RELATÓRIO.

Trata-se de recurso de Apelação Cível interposto contra a sentença



proferida na ação Declaratória de inexistência de débito e nulidade contratual, c/c repetição de indébito e indenização por danos morais (movida por Geneci Benisio Lopes em face do Banco Daycoval S/A), que julgou parcialmente procedentes os pleitos da inicial, o fazendo nos seguintes termos (mov. 98.1):

“III - Dispositivo

*Ante o exposto e considerando o que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos formulados pela autora na petição inicial para o fim de:*

*a. **DETERMINAR** a readequação do contrato firmado entre as partes à modalidade de empréstimo consignado a ser processadas nos seguintes termos:*

a.1. manutenção dos encargos (normalidade e anormalidade) e demais termos contratados;

a.2. o número de parcelas deverá ser encontrado considerando o valor mutuado (quantia líquida acrescida dos encargos remuneratórios e do IOF) e o valor da parcela;

a.3. o valor já pago deverá ser abatido do débito a fim de definir o saldo devedor e o número de prestações restantes;

*b. **DETERMINAR** que os valores indevidamente pagos (cf. relacionado no item II.5.2), a serem apurados, sejam restituídos de forma simples e corrigidos mediante correção monetária pela média INPC/IBGE e IGP-DI/FGV a partir de cada desembolso (Lei n. 6.699/80, art. 1º, § 2º) e juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação;*

*c. **DETERMINAR** que a liquidação desta sentença seja apurada através de liquidação por arbitramento, competindo as partes arcar com os honorários periciais na proporção de sua sucumbência, a seguir definida;*

*d. **CONDENAR** a ré a indenizar a autora pelo dano moral sofrido no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) corrigidos monetariamente pela média aritmética entre o INPC/IBGE e IGP-DI/FGV e com incidência de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a partir desta data;*

*e. **DEFERIR** a tutela provisória de urgência cautelar (tópico **II.5.3**) determinando que o Réu se abstenha de reservar margem consignável – RMC e empréstimo sobre a RMC, conseqüentemente, se abstendo de realizar a cobrança destas na folha de pagamento da parte autora, no prazo de 05 cinco dias após a intimação, sob pena de incidência em multa diária de R\$ 300,00 (trezentos reais), limitada ao montante de R\$ 3.0000,00 (três mil reais);*

f. via de consequência, determino a extinção do feito com julgamento do mérito, o que faço com fundamento no Novo Código de Processo Civil, art.



487, I.

*Em razão da sucumbência, **CONDENO** a demandada ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no art. 85, § 2º, do CPC/2015, levando-se em conta o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.*

Justifico a condenação da demandada à integralidade da sucumbência por ter a demandante decaído de parte mínima de sua pretensão (art. 86, parágrafo único, do CPC/2015).

Da inicial se vê que a autora pediu a declaração de nulidade do contrato e inexistência do débito OU a readequação do contrato, a restituição em dobro dos valores indevidamente cobrados e condenação ao pagamento de danos morais. Não lhe foi concedida apenas a repetição em dobro (mas a simples sim), sendo os demais pedidos integralmente acolhidos.

Entendo que a determinação de restituição simples (e não em dobro) não justifica a distribuição proporcional da sucumbência, já que se trata de parte ínfima da pretensão.”

Irresignado, o Banco réu interpôs o presente recurso de Apelação (mov. 104.1) sustentando, preliminarmente, a impossibilidade jurídica do pedido com relação à conversão do contrato de cartão de crédito para empréstimo consignado, ressaltando, ainda, a inexistência de qualquer norma legal que obrigue o Banco-apelante a aceitar o pagamento fora das especificações contratuais. No mérito, pleiteou, em resumo, a reforma da sentença ao entendimento de que comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, assim como a prévia e plena ciência da Autora acerca de todos os termos da avença, constando do respectivo instrumento informação clara a respeito da modalidade pactuada. Defendeu, assim, a legalidade da modalidade de cartão de crédito, com reserva de margem consignável, e da operação de saque nestes casos, arguindo ser inequívoca a manifestação de vontade da Autora na solicitação de saque, tanto que constou em documento específico para esse fim. Alegou, assim, inexistir qualquer abusividade no conteúdo do contrato e ao qual a Autora aderiu por livre e espontânea vontade. Para além disso e subsidiariamente, sustentou o descabimento da fixação de multa em caso de novos descontos, ou a necessidade de sua redução. Aduziu, ainda, a ausência de responsabilidade civil, ou, subsidiariamente, a redução do *quantum* indenizatório. Com base nesses argumentos, postulou pelo provimento do recurso, a fim de ver reformada a sentença e julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.



Apresentadas contrarrazões (mov. 111), subiram os autos.

É a breve exposição.

II -VOTO E SUA FUNDAMENTAÇÃO.

Presentes os pressupostos de admissibilidade intrínsecos e extrínsecos, conheço do recurso de Apelação.

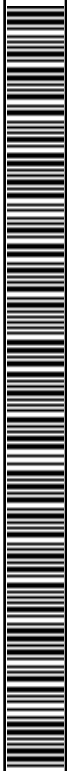
Insurge-se o Apelante ao argumento de que a Autora, ao tempo da contratação, tinha plena ciência de que o ajuste se referia a cartão de crédito, visto que, no instrumento contratual, consta clara informação a respeito da modalidade pactuada, o que afasta qualquer alegação de vício de consentimento. Defendeu, também, a impossibilidade de conversão do contrato de cartão de crédito em empréstimo consignado, diante da ausência de norma legal que o obrigue a aceitar o pagamento fora das especificações contratuais.

Com acerto a Apelante, e assim o é porque ficou muito claramente demonstrada a licitude da contratação, na modalidade específica do cartão de crédito, antecedida de adequada e necessária prestação de informações, o que autoriza a conclusão pela regularidade das cobranças respectivas, com o natural descabimento de qualquer declaração de nulidade do negócio jurídico, ou, mesmo, da sua conversão em empréstimo consignado, o que também afasta, por via de consequência, os pleitos de repetição de indébito e indenização por danos morais.

Como cediço, vigora nas relações entre particulares o princípio da autonomia privada, devendo o magistrado, via de regra, respeitar a vontade das partes, salvo quando demonstrada violação a preceitos de lei ou mácula na sua livre manifestação.

Deste modo, atento também ao princípio da força obrigatória dos contratos (“*pacta sunt servanda*”), sendo o negócio jurídico firmado por agentes capazes e com objeto lícito, além do necessário respeito à sua forma, não há como se conceber o reconhecimento da sua nulidade quando o pleito emanar de eventual e caprichoso arrependimento, o que parece ter ocorrido no caso dos autos.

De outro aspecto, é também sabido que, em se tratando negócios



jurídicos regidos pela lei consumerista, o consumidor deve ter assegurado, quando da contratação, o direito à informação adequada e clara sobre o produto/serviço contratado, com especificação correta, dentre outras questões, das características, qualidade e preço daquilo que está contratando, nos termos do artigo 6º, inc. III, do CDC.

E, com efeito, no caso dos autos, restou devidamente comprovado pelos documentos que instruem o feito que o contrato celebrado, de empréstimo na modalidade de cartão de crédito, foi clara e livremente firmado entre as partes, preenchendo todos os requisitos para sua validade, inclusive quanto às já referidas e necessárias informações.

Veja-se que, em 31.03.2016, o Autor assinou o instrumento denominado “*Termo de Adesão as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval*” (contrato n. 52-016745201/16) (mov. 29.4):

BancoDaycoval **TERMO DE ADESÃO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL**

CONTRATO Nº 52-0167452001/16					
Correspondente no País					
Código/Nome: 004282/CAMPOS SERVIÇOS ADM LTDA		CNPJ: 15.807.896/0001-92		Telefone:	
Agente: ANNE BERTHOLD				CPF: 007.725.839-86	
CEP: 87013230	Endereço: AV 15 DE NOVEMBRO 630			Nº:	
Complemento: 1 ANDAR	Bairro: CENTRO	Cidade: MARINGÁ		UF:	
Benefício Vinculado ao Cartão: INSS(X)		Outros Órgãos Públicos()		Empresas Privadas()	
Dados Titular: CPF 240.303.179-87		Nome: GENECI BENISIO LOPES			
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento: 19/08/1953	Sexo: Feminino	Estado Civil: Casado	Identidade(RG): 1858416	Data Emissão / Órgão Expeditor - UF: 29/03/1977 / SSP - PR
Nome da Mãe: IZAUDITE DE OLIVEIRA LOPES				E-mail:	
CEP: 87036370	Endereço Residencial(Rua, Avenida, etc...): RUA PION GUARINO AUGUSTO BASSETO				Nº: 1391
Complemento:		Bairro: CONJ RES RODOLPHO BERNARDI	Cidade: MARINGÁ		UF: PR
Tel.(DDD e Nº): 44-32283937		Tel.Celular(DDD.Nº): 44-98038001		Portador Adicional(exceto INSS) (X)Não ()Sim - Formulário Anexo.	
DADOS DOS BENEFÍCIO/SALÁRIO DO TITULAR					
Nome da Entidade/Empresa Averbadora: APOSENTADO		Número do benefício / Matrícula / Registro: 1498168431		Margem(%): 5.00	
Endereço(Rua/Av., nº, Bairro, Cidade/UF): SAUS QUADRA 4 BLOCO N.0, ASA SUL, BRASILIA/DF			Renda(R\$): 1.343,18	Data Admissão: 01/01/1998	Telefone(DDD/Nº):
Nome do Banco Pagador: CAIXA ECONOMICA FEDERAL		Nº do Banco: 0104	Nº Agência: 01671	Conta-corrente: 44098	Dia do Pagamento:

E não somente isso, como se lê na sequência do aludido instrumento contratual, o Autor declarou que foi informado previamente e compreendeu as condições da proposta:



ADESÃO
<p>1. Condições Gerais: Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Trabalhadores de Empresas Privadas, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Aposentados e Pensionistas do INSS ("Condições Gerais"), registradas em 07/08/2013 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.021.879, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.</p> <p>2. Autorização para Reserva de Margem Consignável: Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, a constituir reserva de margem consignável de até <u>5 (cinco)</u> de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis. ,</p> <p>3. Outras Declarações: Declaro estar ciente e concordar que: (i) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (ii) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval") no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br; (iii) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante novos registros em cartório, as quais poderão, a critério do Daycoval, ser disponibilizados na forma da alínea "ii" acima (registros esses que serão noticiados no site do Daycoval); (iv) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vii) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta corrente descrita acima e/ou em outra conta corrente de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por seu empregador. Estou ciente de que se comprovada a falsidade das declarações e informações constantes deste Termo de Adesão estarei sujeito às responsabilidades criminais do artigo 299 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).</p>

Local e Data: maringá, 31/03/16.

Jose Hipolito Xavier da Silva
ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

 ASSINATURA

Ressalte-se, ademais, que, da leitura atenta do instrumento contratual, não há qualquer menção, máxime com intuito indutivo, a empréstimo consignado, como também inexistente qualquer texto, trecho ou alusão que indique ser essa a modalidade contratada, bem como também inexistente, no conteúdo da instrução, qualquer mínimo indício de prova que admita a ideia de ter havido, de parte do Réu, a prática de qualquer eventual ato de induzimento em erro.

Veja-se, também, que, naquela mesma data, o Autor firmou solicitação de saque, via cartão de crédito, dando conta da sua ciência acerca da contratação dessa modalidade de operação:



BancoDaycoval

SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA
CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

DADOS DO TITULAR			
CPF:	Nome:	Nº Cartão/Proposta:	
240.303.179-07	Jose Hipolito Xavier da Silva	7671521	
Empregador:	Matrícula:		
INSS	7496368434		
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Nº do Banco	Nº Agência	Conta-Corrente
Cooperativa Econômica Federal	0354	03672	
Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretratável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de meu Cartão de Crédito Consignado Daycoval para a Conta Corrente de minha titularidade acima indicada.			
Declaro ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, juntamente com as seguintes informações: (a) o valor estimado do saque; (b) recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data e (c) o valor do saque solicitado deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento;			
Valor do Saque*: R\$ 1559,00 ()			
Taxa de Juros: 3,36 % a.m. Taxa de Juros: 49,44 % a.a. IOF Diário: 0,0082 % a.d. IOF Adicional: 0,38 %			
Tarifa: R\$ 15,00 CET: 4,58 % a.m. CET: 72,39 % a.a.			
(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.			

Local e Data: Maringá, 31/03/16.

Jose Hipolito Xavier da Silva
ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

ASSINATURA

Esse panorama autoriza concluir, sem qualquer dúvida, que a negociação tratou da contratação de cartão de crédito e não de um simples empréstimo consignado, como quer fazer crer o Autor.

De mais a mais, não escapa aos olhos deste Relator o fato de que o Autor se utiliza de empréstimos por consignação com certa frequência (mov. 1.6), sendo razoável crer que detêm conhecimento, adquirido pela sua própria experiência cotidiana, sobre como eles funcionam, circunstância fática, porque absolutamente real no caso dos autos, que enfraquece a tese de que a manifestação de vontade se operou de modo viciado, contaminando a mínima rigidez da sua sustentação e credibilidade.

Veja-se o referido documento acostado aos autos pelo próprio Autor:

Número do benefício	148158431
Nome do segurado	GENECIBENIS LOPES
Espécie	42-APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
Pagamento através de	CONTA CORRENTE
Situação do benefício	ATIVO
Possui representante legal / procurador?	NÃO
É pensão alimentícia?	NÃO
Bloqueado para empréstimo?	NÃO
Valor da MR	1.431,56
Base de cálculo da margem consignável	1.431,56
Margem anual disponível para empréstimo	28,81
Margem anual disponível para cartão	0,00
Valor referente ao pagamento de competência 04/2017	20,8
	0,0

Contrato	Banco	Incl. Contrato	Incl. Desconto	Fin Desconto	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	VL Emprestado	VL Parcela	Parcela/Tot
007483043620110516 (Empréstimo por retenção)	341 - ITAU	18/08/2011	07/2011	07/2013	17/08/2011	08/08/2013	Excluído	NÃO	SIM	1.500,00	73,78	25/30
0008182572120130214 (Empréstimo por retenção)	341 - ITAU	14/02/2012	03/2012	07/2013	17/02/2012	09/03/2013	Excluído	NÃO	SIM	1.500,00	73,47	17/30
005341755320130624 (Empréstimo por retenção)	341 - ITAU	24/05/2012	06/2012	06/2013	24/05/2012	21/05/2013	Excluído	NÃO	SIM	500,00	21,43	01/30
003231305720130717 (Empréstimo por retenção)	341 - ITAU	17/07/2012	08/2012	07/2013	18/07/2012	06/08/2013	Excluído	NÃO	SIM	3.060,00	120,08	12/36
02648678 (Empréstimo 555 - BCO por Consignação) VOTORANTIM	341 - ITAU	09/11/2013	12/2013	03/2014	23/11/2013	29/03/2014	Excluído	NÃO	SIM	1.002,20	32,00	40/58
032484280420130731 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	31/07/2013	08/2013	08/2013	06/08/2013	18/08/2013	Excluído	NÃO	SIM	4.454,54	271,13	02/21
048879578420130913 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	13/09/2013	10/2013	11/2013	18/09/2013	21/11/2013	Excluído	NÃO	SIM	5.768,97	271,13	02/38
048879578420130913 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	25/10/2013	11/2013	12/2014	28/10/2013	23/12/2014	Excluído	NÃO	SIM	585,43	16,17	14/54
057042930020131111 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	11/11/2013	12/2013	08/2014	21/11/2013	20/03/2014	Excluído	NÃO	SIM	8.796,01	271,13	09/10
03893522220140813 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	13/08/2014	09/2014	12/2014	20/08/2014	23/12/2014	Excluído	NÃO	SIM	8.804,77	271,13	04/50
02350049520140922 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	22/09/2014	10/2014	12/2014	20/09/2014	23/12/2014	Excluído	NÃO	SIM	570,00	17,43	03/50
04871060220141218 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	18/12/2014	01/2015	11/2016	23/12/2014	23/11/2016	Excluído	NÃO	SIM	10.918,51	308,00	23/72
08138745820150414 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	14/04/2015	05/2015	11/2016	18/04/2015	23/11/2016	Excluído	NÃO	SIM	750,00	21,55	18/72
04282602120150303 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	03/03/2016	04/2016	-	04/03/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	1.305,24	40,45	13/72
36720146 (Empréstimo 555 - BCO por Consignação) VOTORANTIM	341 - ITAU	07/05/2016	04/2016	-	28/03/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	1.085,60	32,00	13/72
04811891320170116 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	16/01/2017	02/2017	-	17/01/2017	-	Ativo	NÃO	NÃO	1.044,65	32,00	03/72
12086230420170207 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	07/02/2017	03/2017	-	08/02/2017	-	Ativo	NÃO	NÃO	875,58	27,00	02/72

continua da Margem para Cartão de Crédito

Logo, atento às particularidades do caso concreto, mostra-se correta a conclusão pelo reconhecimento da licitude tanto da contratação do mútuo, na modalidade de cartão de crédito, quanto, de consequência, dos lançamentos a ele relacionados, até porque os documentos mostram, com absoluta nitidez, todas as informações necessárias à perfeita compreensão do ajuste, o que, por um lado, afasta a possibilidade do eventual descumprimento, pelo Réu, das suas obrigações de prestar informações, e, por outro, confirma sua presumível boa-fé (art. 6º, III, do CDC).

Diante desse panorama processual, não é nem mesmo caso de conversão do negócio jurídico (como reconhecido na sentença), seja pelo respeito ao princípio “*pacta sunt servanda*”, seja, ainda, porque não há elementos que autorizem a declaração de nulidade ou de anulação do ajuste, já que foi firmado por partes capazes,



com objeto lícito, possível e determinado, e celebrado na forma legal, elementos que autorizam a conclusão pela necessidade do seu cumprimento.

Neste sentido, já decidiu este Egrégio Tribunal de Justiça:

“Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos material e moral – Contrato de cartão de crédito consignado. 1. Pretensão de afastamento de indenização por dano moral – Sentença expressa em tal sentido – Ausência de interesse recursal quanto a essa arguição. 2. Princípio da dialeticidade – Atendimento – "Fundamentos de fato e de direito" da irresignação da parte autora-apelante que estão presentes – Recurso conhecido. 3. Cartão de crédito consignado – Relação jurídica e disponibilização do crédito comprovadas – Descontos legítimos – Dano moral – Não configuração. 4. Conversão do contrato de cartão de crédito consignado em empréstimo consignado – Impossibilidade. 5. Ônus da sucumbência – Resultado do julgamento que implica sua inversão. 6. Sucumbência recursal – Majoração dos honorários fixados, tendo em vista o trabalho desenvolvido em grau recursal – Cabimento – CPC, art. 85, § 11. 7. Apelação da autora conhecida e desprovida; apelação da parte ré conhecida em parte, e nessa extensão, provida.” (TJPR - 14ª C.Cível - 0003270-60.2017.8.16.0181 - Marmeleiro - Rel.: FRANCISCO PINTO RABELLO FILHO - J. 02.05.2018)

Diante disso, deve ser reconhecida a legalidade da contratação do cartão de crédito Daycoval e a regularidade dos lançamentos a ele relacionados, mantendo-se hígido o contrato firmado, **pelo que dou provimento ao presente apelo e reformo a sentença, julgando improcedentes os pedidos deduzidos na exordial.**

Como consequência, fica afastada a multa fixada.

De igual forma, considerando a reforma da sentença e a improcedência dos pedidos deduzidos na ação, necessária a redistribuição dos ônus sucumbenciais fixados na sentença, os quais, com as ressalvas do art. 98, §3º, do CPC, ficarão a cargo do Autor, cabendo a ele, ainda, o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que, atento aos parâmetros do art. 85, §2º, do CPC, fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, em favor do patrono do Requerido.

Outrossim, em atenção ao disposto no art. 85, §11, do CPC, necessária a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais recursais em favor do patrono do

Apelante, a serem acrescidos aos anteriormente estabelecidos, os quais, considerando não apenas o êxito recursal, mas também o acréscimo do trabalho realizado em grau de recurso, fixo, em mais 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa, observada a ressalva já acima indicada quanto à gratuidade da justiça.

É como voto.

III –DECISÃO.

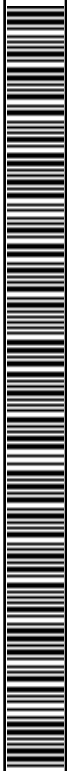
Ante o exposto, acordam os Desembargadores da 14ª Câmara Cível do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ, por unanimidade de votos, em julgar pelo Provimento do recurso de Banco Daycoval S/A.

O julgamento foi presidido pela Desembargadora Themis De Almeida Furquim, sem voto, e dele participaram Desembargador José Hipólito Xavier Da Silva (relator), Desembargador Octavio Campos Fischer e Desembargador Fernando Antonio Prazeres.

24 de outubro de 2018

JOSÉ HIPÓLITO XAVIER DA SILVA

Relator





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2018.0000617771

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1018378-06.2017.8.26.0482, da Comarca de Presidente Prudente, em que é apelante ANA SPINOLA FARIAS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO DAYCOVAL S/A.

ACORDAM, em 11ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GILBERTO DOS SANTOS (Presidente sem voto), GIL COELHO E RENATO RANGEL DESINANO.

São Paulo, 9 de agosto de 2018

WALTER FONSECA

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

VOTO N° 26.526

APELAÇÃO N°: 1018378-06.2017

COMARCA: PRESIDENTE PRUDENTE — 5ª V.C.

APELANTE: ANA SPINOLA FARIAS

APELADO: BANCO DAYCOVAL S.A.

MM. JUIZ DE 1º GRAU: Sérgio Elorza Barbosa de Moraes

DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – IMPROCEDÊNCIA – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NA MODALIDADE DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC) – PRETENSÃO DE REFORMA SOB A ALEGAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DO RESPECTIVO NEGÓCIO – DESCABIMENTO – Com a apresentação pelo banco réu do contrato de adesão à cartão de crédito consignado com autorização de descontos em folha de pagamento, cujo empréstimo respectivo foi contraído na modalidade de reserva de margem consignável (RMC), não se sustentam as alegações da autora apelante de nulidade do referido negócio e respectiva dívida, mostrando-se legítimo o negócio entabulado entre as partes, sendo de rigor a manutenção dos respectivos termos do contrato de empréstimo em questão, o que afasta, por via de consequência, os demais pleitos formulados, concernentes à condenação do banco apelado à repetição de indébito e à indenização por danos morais – Sentença mantida - Recurso desprovido, com majoração dos honorários advocatícios.

Vistos...

Ação declaratória de inexistência de débito, cumulada com repetição de indébito e indenização por danos morais, julgada improcedente (fls. 134/138).

Inconformada, a autora interpõe recurso de apelação. Sustenta que foi induzida a erro pelo banco apelado, pois jamais teve a intenção de contratar empréstimo por meio de adesão a contrato de cartão de crédito consignado, tratando-se de evidente caso de venda casada, razão pela qual defende como ilegal os descontos realizados



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

em seu benefício previdenciário na modalidade de reserva de margem consignável (RMC). Afirma que referida forma de empréstimo é abusiva, pois o desconto mínimo que é realizado em folha de pagamento não abate o valor da dívida, mas tão somente os encargos do cartão. Persegue, nesses termos, a declaração de nulidade do contrato questionado nos autos (RMC), com a devolução em dobro dos valores descontados a esse título, bem como requer seja condenado o banco réu ao pagamento de indenização por danos morais (fls. 150/171).

Tempestivo, desprovido de preparo ante a gratuidade concedida e respondido, o recurso está pronto para julgamento.

É o relatório.

O recurso é desprovido.

A autora alega em sua petição inicial não ter autorizado a contratação de empréstimo na modalidade de reserva de margem consignada (RMC), bem como afirma jamais ter solicitado junto ao banco apelado a aquisição de cartão de crédito, razão pela qual pugna pela declaração de inexistência do débito vinculado ao referido empréstimo impugnado, com a condenação da instituição financeira ré à repetição do indébito dos respectivos descontos efetuados e ao pagamento de indenização por danos morais.

Todavia, foi acostado com a contestação contrato de adesão a cartão de crédito consignado e autorização de descontos em folha de pagamento, contendo a assinatura da autora apelante (fls. 91), cuja autenticidade da firma não foi impugnada pela referida parte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Ademais, os termos claros do contrato juntado pelo banco apelado aos autos, repita-se, devidamente assinado pela parte autora, não colocam em dúvida a adesão do apelante a cartão de crédito, com a autorização de descontos em folha de pagamento.

Dessa forma, demonstrada a contratação de cartão de crédito pela autora para viabilizar a concessão em seu favor de empréstimo na modalidade de "reserva de margem consignável", não se sustentam as pretensões do apelante no feito, no sentido de ser declarada a nulidade do referido negócio, sendo de rigor a manutenção dos respectivos termos do contrato de empréstimo entabulado, o que afasta, por via de consequência, os demais pleitos do autor nos autos, concernentes à condenação do banco apelado à repetição de indébito em dobro e à indenização por danos morais.

Nesse sentido é o entendimento desta C. 11ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal de Justiça, em caso análogo ao presente,:

CONTRATO BANCÁRIO. Empréstimos. Ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com pedidos de repetição de indébito e de indenização por danos morais. Descontos em benefícios previdenciários sob a rubrica "reserva de margem consignável". Alegação de não contratação/autorização, desmerecida com a juntada pelo réu dos contratos de adesão à utilização de cartão de crédito, pedido de saque com desconto nas faturas e com valor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

consignado na folha de pagamento. Ação improcedente. Recurso não provido, com majoração de honorários. (Apelação nº 1008247-46.2017.8.26.0037, Araraquara – Relator: Gilberto dos Santos, j. em 16.11.2017).

Logo, remanesce intangível a sentença proferida.

Por fim, necessário atentar para a necessidade de majoração da verba honorária destinada ao patrono da parte vencedora.

Na esteira do § 11, do artigo 85, do Código de Processo Civil em vigor: *"O tribunal, ao julgar o recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação dos honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§2º e 3º para a fase de conhecimento"*.

Sendo assim, fixados em primeira instância em 10% do valor da causa (fls. 138), de rigor a majoração da verba de sucumbência para 15% sobre a mesma base, nos termos da legislação processual vigente, considerando maior tempo e trabalho gastos para a solução da demanda, ressalvado, contudo, ser o apelante beneficiário da gratuidade processual.

Pelo exposto, **nega-se provimento ao recurso, com a majoração da verba honorária, nos termos do art. 85, §11, do**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Código de Processo Civil em vigor, observado, contudo, o disposto no artigo 98, §3º, do mesmo Codex.

WALTER FONSECA

Relator



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício n.º 1060/2020

Umuarama-PR, 01 de junho de 2020.

Ref: Inquérito Civil n.º MPPR-0151.19.001180-0

Prezada Senhora:

Sirvo-me do presente, para cientificar-lhe da promoção de arquivamento dos autos de Inquérito Civil n.º MPPR-0151.19.001180-0, no qual o Banco Daycoval S/A, figura como representado, conforme cópia da decisão em anexo, podendo apresentar, querendo, até a data da sua apreciação pelo Conselho Superior do Ministério Público, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos, nos termos do que dispõe o artigo 66 do Ato Conjunto nº 001/2019-PGJ/CGMP.

Atenciosamente,

**FABIO HIDEKI
NAKANISHI:714
45773953**

Assinado de forma digital
por FABIO HIDEKI
NAKANISHI:71445773953
Dados: 2020.06.02
14:01:25 -03'00'

FÁBIO HIDEKI NAKANISHI
Promotor de Justiça

Ilustríssima Senhora,
SANDRA KHAFIF DAYAN
Procuradora do BANCO DAYCOVAL S/A
São-Paulo-SP.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

Inquérito Civil nº MPPR-0151.19.001180-0

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar suposto abuso na celebração de contratos de empréstimos consignados pelo BANCO DAYCOVAL S.A., por meio de cartão de crédito consignado, sem conhecimento do contratante, e com descontos na folha de pagamento de trabalhadores e aposentados, apenas de valores de juros/encargos financeiros sem a redução da dívida do empréstimo, em violação aos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.

O presente inquérito teve início como Procedimento Preparatório, após envio de Notícia de Fato pela 6ª Promotoria de Umuarama, com decisão de declínio de atribuições e ofício nº 117/2019, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Umuarama, encaminhando, em DVD, cópia integral dos Autos de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica, c/c Repetição de Indébito e Indenização por Dano moral (nº 0001288-64.2019.8.16.0173), em que Zilda Francisca Cardoso Pascui, figurava como autora, e o Banco Daycoval S.A., como réu, por suposta abusividade na celebração de contrato de empréstimo, por meio de cartão de crédito consignado (fls. 02-11).

Determinou-se, como diligências preliminares no Procedimento Preparatório, a juntada de cópia física dos documentos do DVD, bem como a realização de busca junto ao Sistema Projudi, com a extração de cópia física, de outras ações individuais idênticas propostas contra o Banco Daycoval S.A., perante o Poder Judiciário local (fls. 11-49).

Na sequência, foi procedida a juntada do conteúdo do DVD (fls. 13-49), e certificado nos autos a impossibilidade de busca das ações no sistema Projudi, por falta de senha e usuário pelo servidor responsável pelo cumprimento da diligência (fl. 50).

Após, foram determinadas as seguintes diligências: (1) expedição de ofício ao Banco Daycoval S.A., com cópia dos documentos de fls. 01-04 e 11, informando sobre a instauração de Procedimento Preparatório, bem como



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

requisitando, (a) fotocópia dos documentos de sua constituição e autorização do Banco Central para operar como instituição financeira; (b) informar as pessoas residentes nos Municípios de Umuarama, Perobal, Maria Helena e Douradina, pertencentes à Comarca, que teriam contratado empréstimo consignado, com adesão ao cartão de crédito consignado, com reserva de margem consignável, e ainda, as pessoas, físicas e/ou jurídicas, com as qualificações e endereços, responsáveis pelas contratações pelo Banco, com o envio de cópia dos respectivos contratos e documentos dos contratantes, e outras informações pertinentes ao esclarecimento dos fatos; e (2) diligências junto as 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis e Juizado Especial Cível de Umuarama, pelo sistema Projudi, para apurar a existência de ações individuais idênticas contra Instituições Financeiras, versando sobre a cobrança/prática abusiva de empréstimo consignado, com adesão ao cartão de crédito consignado, com reserva de margem consignável, com a extração de cópia, em mídia digital, das petições iniciais e sentenças eventualmente existentes nos processos (fls. 51-53).

Em resposta, o Banco Daycoval S.A., encaminhou os documentos requisitados, informando, em resumo, (a) que possuía autorização do Banco Central do Brasil para atuar como Instituição Financeira; (b) a existência de contratantes de empréstimos consignados residentes apenas nos Municípios de Umuarama e Douradina, e que não haviam contratantes dos Municípios de Maria Helena e Perobal; (c) que mantinha contrato com a empresa Saran e Franzin Ltda.-ME (correspondente), estabelecida no Estado do Paraná, com a devida comunicação ao Banco Central do Brasil, para a prestação de serviços aos clientes e usuários; e (d) sobre a sistemática do empréstimo consignado, por meio de cartão de crédito consignado, e sua legalidade perante a legislação consumerista (fls. 55-200).

Em seguida, foi prorrogado o prazo para conclusão do Procedimento Preparatório e determinadas as seguintes diligências, (a) juntada de cópia das peças dos processos extraídas do Projudi, que se encontravam na contracapa dos autos; e (b) expedição de ofício ao Banco Daycoval, requisitando o cumprimento das diligências faltantes, quais sejam, a remessa de cópia dos contratos de empréstimo, com adesão ao cartão de crédito consignado, firmados com pessoas residentes nos Municípios de Umuarama e Douradina, e dos extratos de liquidação dos débitos (fls. 202).



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

Em cumprimento das diligências, procedeu-se a juntada de fotocópia dos processos nºs. 0014277-73.2017.8.16.0173 (fls. 204-239) e 0010509-42.2017.8.16.0173 (fls. 240-257), bem como de resposta do Banco Daycoval, informando, em síntese, que não poderia fornecer fotocópia dos contratos requisitados, sem autorização judicial, sob pena de violação do dever de sigilo bancário dos clientes, com anexação do Estatuto Social e *folders* explicativos do cartão de crédito consignado (fls. 261-337).

É o relato do essencial, passo à manifestação.

O presente Inquérito Civil, em mesa, teve como objeto apurar possível abuso na contratação de empréstimos consignados pelo Banco Daycoval S.A., por meio de adesão a contrato de cartão de crédito consignado, com autorização de descontos em folha de pagamento, na modalidade de reserva de margem consignável (RMC), sem conhecimento do contratante sobre essa modalidade de contratação, bem como de descontos de valores da fatura do cartão de crédito na folha de pagamento, apenas de juros/encargos sem a redução da dívida do empréstimo, em violação aos direitos e interesses dos consumidores.

Cumpre ressaltar, primeiramente, que as investigações deste inquérito foram iniciadas após envio, de ofício, pelo Juízo da 3ª Vara Cível de Umuarama, de fotocópia de ação individual de repetição de indébito e indenização por dano moral proposta por um contratante de empréstimo, por meio de cartão de crédito consignado, contra o Banco Daycoval S.A. (Autos nº 0001288-64.2019.8.16.0173), para análise de eventual ilegalidade e adoção de providências pelo Ministério Público.

Embora tal ação individual tenha sido julgada parcialmente procedente pelo Juízo da 3ª Vara Cível, a sentença ainda não teria transitado em julgado.

Além disso, verificou-se que em outras 02 (duas) ações individuais da mesma espécie, propostas contra o Banco Daycoval, nesta Comarca, foram proferidas sentenças julgando improcedentes os pedidos, sendo uma pela juíza substituta da mesma 3ª Vara Cível (Autos nº 0014277-73.2017.8.16.0173), e a outra pelo Juízo da 1ª Vara Cível (Autos nº 0010509-42.2017.8.16.0173).



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

Com relação a essa última ação individual, a sentença inclusive transitou em julgado, após ser confirmada pelo Tribunal de Justiça, em sede de apelação, nos seguintes termos:

DIREITO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PROPOSTA DE ADESÃO CLARA E DEVIDAMENTE ASSINADA PELO AUTOR. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DOS TERMOS DO CONTRATO. REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO. DESCONTOS LEGÍTIMOS. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. SENTENÇA MANTIDA. A Contratação de cartão de crédito consignado com ajuste de pagamento em parcelas para desconto no seu benefício previdenciário é legítima e não constitui prática abusiva, sendo descabida, em tal hipótese, a indenização por dano moral, especialmente pelo fato de o apelante haver utilizado o cartão de crédito em compras. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. (15ª C. Cível, AP. Cível nº 0010509-42.2017.8.16.0173, Apelante: Nivaldo Freitas Barbosa, Apelado: Banco Daycoval S/A., Des. Rel. Hayton Lee Swain Filho, 06.06.2018).

Conforme decisão acima do TJ/PR, sobre o caso concreto, também não foram apurados no presente procedimento investigatório, elementos suficientes de ilegalidade na concessão de crédito, por meio de cartão de crédito consignado, pelo Banco Daycoval.

Nesse passo, cabe destacar, que a concessão de crédito por instituições financeiras, com desconto em folha de pagamento, por meio de cartão de crédito consignado, é disciplinado pela Lei 10.820/2003 (alterada pela Lei 13.172/2015).

Lei 10.820/2003:

Art. 1º Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, **cartões de crédito** e operações de arrendamento



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos. (Redação dada pela Lei nº 13.172, de 2015)

§ 1º O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), **sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:** (Redação dada pela Lei nº 13.172, de 2015)

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou (Incluído pela Lei nº 13.172, de 2015)

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito. (Incluído pela Lei nº 13.172, de 2015) –
nosso grifo -.

Como se verifica, a concessão de crédito por instituição financeira, por meio de cartão de crédito consignado, é limitada a 35% sobre a remuneração disponível do contratante, sendo 5% destinados exclusivamente para amortização de despesas ou saques realizados por cartão de crédito.

Apurou-se, que, diferentemente do empréstimo convencional, com desconto em folha de pagamento, a utilização do crédito é opcional e condicionada a utilização do cartão de crédito em compras ou saques pelo contratante.

E que uma vez utilizado o crédito, com compras ou saques pelo cartão de crédito, o contratante teria a opção de optar pelo pagamento mínimo de 5% (Reserva de Margem Consignável – RCM), mediante desconto mensal na folha de pagamento, até liquidação da dívida, ou pelo pagamento integral ou parcial da fatura do cartão de crédito, com a incidência, neste último caso, de encargos/juros rotativos sobre o restante do saldo financiado.

Quanto aos encargos/juros sobre o saldo da dívida, verificou-se, que eles são determinados pelos órgãos conveniados, mas que o Banco Daycoval, passou a aplicar a todos os contratantes/clientes, a taxa de juros do convênio



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

firmado com o INSS, no percentual de 3,00%, ao mês, ou seja, um pouco superior ao de 2,08%, ao mês, do empréstimo consignado, porém, muito inferior ao cartão de crédito convencional, que pode chegar a mais de 25,00%, ao mês.

Além disso, restou também comprovado pelos materiais de publicidade e informações do próprio contrato de concessão de crédito, juntados pelo Banco Daycoval, a existência de publicidade e informações claras, precisas e ostensivas sobre essa modalidade de contratação de crédito, inclusive sobre juros, encargos, amortização e liquidação do débito.

A esse respeito, esclareceu o Banco Daycoval:

"Seja no TERMO DE ADESÃO, seja na AUTORIZAÇÃO acima identificada, o cliente é expressamente informado que:

a. Trata-se de CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO;

b. Que o pagamento da fatura de crédito deve ocorrer em valor integral, sendo o valor debitado em folha somente amortiza o mínimo;

c. Que o não pagamento integral da fatura gera encargos rotativos (sempre de acordo com a taxa indicada pelo órgão empregador ou pagador) e que esta taxa é INFERIOR ao cartão de crédito convencional.

d. E ainda, que o contratante declara ter ciência de que inexistem outras modalidades de crédito, exemplo de empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores.

Por último, é imperioso consignar, que inexistente representação ou reclamação de consumidor junto a esta 5ª Promotoria de Justiça, sobre a falta, omissão ou recusa de informações pelo Banco Daycoval, por ocasião da contratação dessa modalidade de crédito, o que poderia dar ensejo ao aprofundamento das investigações para a apuração de ilicitudes de âmbito coletivo a partir do caso concreto.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

Desta forma, considerando que a concessão de crédito, por meio de cartão de crédito consignado, é expressamente permitida por lei, e que não existem indícios razoáveis de irregularidades na contratação, especialmente quanto as informações e descontos de juros/encargos na folha de pagamento, sem redução da dívida do contratante, não resta outra opção a este Ministério Público, senão a de promover o arquivamento do feito.

Aliás, conforme informações do Banco Daycoval, essa também foi a conclusão da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Paulo, em caso semelhante, *in verbis*:

"Com o escopo de robustecer os argumentos a respeito da validade, legitimidade e transparência dos contratos de "Cartão de Crédito Consignado" desta Instituição Financeira, é de extremo relevo trazer ao conhecimento de Vossa Senhoria, a decisão adotada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo que, em caso paradigmático, promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 14.161.891/17, nos seguintes termos e fundamentos:

No referido processo inquisitivo, o i. Parquet do Estado de São Paulo foi instado a investigar, de forma semelhante ao que ocorre nestes autos, a validade, transparência e legitimidade das operações de Cartão de Crédito Consignado, ou seja, situação fática idêntica a que é travada neste processo.

Dentre inúmeros pontos tratados no referido caso paradigmático, a Promotoria do Consumidor Paulista, investigou: (i) Dever de informação adequada e clara a respeito dos produtos oferecidos; e (ii) Não contratação.

Pois bem, após completa instrução do referido processo inquisitorial, o MP do Estado de São Paulo promoveu o arquivamento do citado inquérito, nos seguintes termos:

A. SOBRE O DEVER DE INFORMAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO DO PRODUTO EFETIVA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

Neste quesito, ponderou a Promotoria do Consumidor que o Banco Daycoval, através dos documentos que foram coligidos aos autos (peças publicitárias, informações que constam do próprio contrato de adesão) demonstrou que presta informações suficientes ao consumidor referente ao produto contratado, a saber: "Cartão de Crédito Consignado". Veja:

Em relação a informação a respeito dos produtos oferecidos, demonstrou mediante a juntada de prints (fls. 68/74), que presta informações relativas ao cartão de crédito consignado no seu sítio eletrônico.

Quanto a clareza e transparência da contratação, foram feitas as seguintes ponderações:

De início, o reclamado trouxe esclarecimentos satisfatórios, expondo à exaustão as diferenças do produto cartão de crédito.

(...)

Por fim, o Parquet Paulista arrematou seu parecer de promoção de arquivamento do já mencionado Inquérito Civil, informando que após analisar as provas jungidas naqueles autos e esclarecimentos prestados pelo Banco Daycoval, que são idênticos aos prestados nestes autos, não foram constatadas as abusividades narradas e que seria desnecessária a adoção de medidas por parte daquela Promotoria do Consumidor, o que justificaria o arquivamento do expediente.

Destarte, não se constataram pelo conjunto probatório carreados aos autos, as abusividades narradas na Portaria inaugural, sendo desnecessária a adoção de medidas por parte desta Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital.

Ante o exposto, promovo o ARQUIVAMENTO destes autos, nos termos do disposto no art. 9º, caput, da Lei 7.247/85; no art. 110, caput, da Lei 734, de 26.11.1993 (LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO); e no art. 99, do Ato Normativo nº 484/06 – CPI, de 05.10.2006, e os remeto, nos moldes da legislação pertinente,



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

para a elevada apreciação desse Egrégio CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO."

A propósito, no sentido da legalidade dessa modalidade de contratação de crédito, orienta-se o Eg. Superior Tribunal de Justiça, conforme se extrai das seguintes decisões:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. EQUIPARAÇÃO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. NÃO CABIMENTO. CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO LEGÍTIMA. REVISÃO DESSE ENTENDIMENTO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Conforme assentado no acórdão recorrido, o contrato em questão não induz à conclusão de que seu objeto seria de empréstimo consignado, sujeito às menores taxas de juros do mercado. Diante disso não há como acolher a pretensão da parte autora de limitação da taxa de juros remuneratórios pela taxa média de mercado aplicada ao empréstimo pessoal consignado público, uma vez que a contratação cartão de crédito em questão se mostra legítima, tendo efetivamente utilizado do serviço contratado. 2. Para desconstituir a convicção formada pelas instâncias ordinárias a esse respeito, far-se-ia necessário incursionar no substrato fático-probatório dos autos, bem como na interpretação de cláusula contratual, o que é defeso a este Tribunal nesta instância especial, conforme se depreende do teor dos Enunciados sumulares n. 5 e 7 do STJ. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1518630/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. RECONSIDERAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM DESCONTO EM FOLHA. ILICITUDE NÃO CONSTATADA. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO A FIM DE NEGAR



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. 1. A decisão que não conheceu do agravo, em razão de intempestividade do recurso especial, mostra-se equivocada por ter desconsiderado a data de publicação do v. acórdão proferido nos embargos de declaração. Reconsideração. 2. No caso, o Tribunal de origem afastou a índole abusiva do contrato de cartão de crédito com reserva de margem consignada e declarou a legitimidade das cobranças promovidas, por concluir que a prova documental apresentada pela instituição financeira demonstrou a autorização para desconto em folha de pagamento do valor mínimo da fatura e a efetiva utilização do cartão de crédito pela autora. 3. Para derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal, no sentido de se atribuir a nulidade do contrato firmado, por estar evidenciada contratação onerosa ao consumidor, seria necessário o revolvimento das provas constantes dos autos, bem como a interpretação das previsões contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, ante os óbices estabelecidos pelas Súmulas 5 e 7 do STJ. 4. Agravo interno provido para conhecer do agravo a fim de negar provimento ao recurso especial. (AgInt no AREsp 1512052/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 08/11/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM CARTÃO DE CRÉDITO. DOCUMENTOS QUE DEMONSTRAM A ASSINATURA DO CONTRATO. FATURAS QUE COMPROVAM SAQUE REALIZADO NO CARTÃO DE CRÉDITO. REEXAME CONTRATUAL E FÁTICO DOS AUTOS. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. 1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas n. 5 e 7/STJ). 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1372140/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 21/05/2019)

Ante o exposto, esgotadas as diligências imprescindíveis ao esclarecimento dos fatos, sem a existência de elementos razoáveis ilicitude configuradora de violação a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

do consumidor, **promovo o arquivamento do presente Inquérito Civil, autuado sob o nº MPPR-0151.19.001180-0**, por falta de interesse na propositura de ação civil pública, com fundamento no art. 64, inciso I, do Ato Conjunto nº 001/2019-PGJ/CGMP.

Nos termos dos arts. 65 e 66, do Ato Conjunto 01/2019-PGJ/CGMP, cientifiquem-se o Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Umuarama, na qualidade de representante; e o Banco Daycoval S.A., na condição de representado. Ambos, com cópia desta decisão.

Após, remetam-se os autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, no prazo máximo de 03 dias, contados do último ato de cientificação, para deliberação, que se espera seja pela homologação desta promoção de arquivamento, nos termos do art. 67, do Ato Conjunto 01/2019-PGJ/CGMP.

Umuarama-PR, 20 de abril de 2020.

FABIO HIDEKI

NAKANISHI:71445773953

Assinado de forma digital por

FABIO HIDEKI

NAKANISHI:71445773953

Dados: 2020.04.20 17:44:26 -03'00'

FABIO HIDEKI NAKANISHI

Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná



Banco Daycoval S/A
Sra. Sandra Khafif Dayan
Avenida Paulista, 1793
CEP 01311-200
São Paulo-SP



Correios	REGISTRADO URGENTE registered priority	PESO (kg) weight 0,07
Recebedor	XAR MP	
Assinatura	Doc.	

JU 59444121 5 BR



Papel reciclado, menor custo ambiental.

Recebido
17/03/2016
Sra. Sandra Khafif Dayan